



JORNAL DA ADUA

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES-SN

www.adua.org.br



União da categoria é foco no CONAD

Conad: Buscar a unidade para dar continuidade a construção de um sindicato autônomo, de luta, classista, com diálogo e democracia foi colocada como questão determinante durante a 63ª edição do encontro. **Págs. 4/5**



PIRABAY

Artigo
Diretora do ANDES-SN discute a necessidade do debate sobre assédio moral e sexual na universidade **Pág. 8**



GABRIELA KOROSSY/DIVULGAÇÃO

Coluna Jurídica
Artigo do PLDO com proibição de reajuste salarial para servidores públicos federais é derrubado **Pág. 12**



ANDES-SN

Editorial

Enquanto escrevemos este editorial notícias nefastas para o futuro da educação e do país se avolumam. O conselho superior da Capes adverte que os cortes no orçamento de 2019 só permitirão pagar bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado até agosto do próximo ano. Na verdade, esta notícia não se apresenta como uma novidade, dado que os cortes nas políticas de educação e seguridade social vem impactando de maneira agressiva desde final de 2014. O novo é o fato da própria Capes reconhecer esta situação. Ou seja, este corte é mais um elemento no projeto de desmonte da educação pública e gratuita, que está sendo orquestrado sob a regência do Banco Mundial e que visa, como diversos candidatos a presidente já destacaram, a cobrança de taxas na pós-graduação.

O projeto de ataque à educação tem várias frentes. Na educação superior, uma delas é dificultar aos/as professores/as o acesso aos seus direitos como é o caso da demora em conceder a retribuição por titulação, aspecto que o jornal desenvolve na matéria de Anderson Vasconcelos, discutindo a ação coletiva impetrada pela ADUA-Seção Sindical.

Por sua vez, a classe trabalhadora vem articulando uma série de respostas defensivas que passam pela unidade na luta, como defendido pelo nosso sindicato no último Congresso e no 63º Conad, realizado em Fortaleza e sintetizado na matéria de Annyelle Bezerra.

O jornal apresenta uma entrevista com o novo presidente da ADUA, na qual são abordados os desafios para a atual diretoria, destacando o combate às formas de opressão na universidade. Dentre esses elementos, se apresenta por um lado, o artigo da diretora do ANDES, Caroline Lima, sobre assédio sexual e moral nas universidades e, por outro, o debate sobre o aborto e a vida das mulheres, escrito por Francisca Sena do Fórum Cearense de Mulheres. Finalmente, o artigo de Juliana Furna nos apresenta o balanço de um ano de Reforma Trabalhista, e Daisy Melo traz a luta pelo reconhecimento do movimento LGBTQ+ através da arte. Fechamos com a coluna Fala Jurídico que expõe a luta para derrubar no PLDO 2019 o artigo que proibia o aumento salarial dos funcionários públicos.

Aproveitamos para informar que a política de comunicação da ADUA passará por uma revisão, visando analisar as melhores alternativas e meios para atingir nosso público, portanto, este será nosso último jornal do ano.

Notas

1 Reflexos do golpe

Perseguição, repressão e a criminalização de atos e manifestantes engajados na luta contra os desmandos do governo ilegítimo estão nas entranhas do golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016. Para calar essas vozes estão sendo cometidas arbitrariedades como a demissão do professor Luciano Cavini Martorano, da Universidade Federal de Alfenas-MG, tradutor de obras de Marx e Engels; a ameaça feita por um grupo de extrema-direita à docente da Universidade de Brasília (UnB), Débora Diniz, por defender a legalização do aborto; a condenação de 23 ativistas pela participação em manifestações de junho 2013 e a abertura da sindicância da Universidade Federal do ABC (UFABC) contra os docentes Gilberto Maringoni, Giorgio Romano e Valter Pomar pela organização do lançamento do livro do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na universidade. É preciso resistir!

1 Progressão e Promoção

Os interstícios acumulados em relação a concessões de progressões e promoções dos docentes da

Ufam devem ser considerados pela Administração Superior, conforme determina liminar favorável à ação ajuizada pela ADUA. De acordo com a Ufam, a instituição vai acolher e analisar os pedidos de reconsideração. Essa decisão vem após o encontro entre a diretoria do sindicato e a reitoria, em que a seção sindical apresentou casos de professores prejudicados pelo entendimento equivocado da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp) na contagem do interstício. Em caso de dificuldades, a diretoria da ADUA orienta a categoria comunicar à seção sindical para a tomada de providências necessárias.

1 Universidade e Sociedade

Até o dia 21 de setembro poderão ser enviados artigos para a revista Universidade e Sociedade, publicação semestral do ANDES-SN. A edição 63 tem como tema central "A Reforma de Córdoba: permanências e rupturas nas lutas pela educação pública e gratuita". Além dos textos relacionados a essa temática, são aceitos artigos sobre questões da educação superior, além de resenhas críticas de livros. Os textos devem ser enviados para o e-mail andesregsp@uol.com.br. A revista 63 será lançada no 38º Congresso do ANDES-SN.

Charge



JORNAL DA ADUA

O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria:

Marcelo Mario Vallina (Presidente), Milena Fernandes Barroso (2º Vice-presidente), Ana Cristina Fernandes Martins (1ª Secretária), Nereide de Oliveira Santiago (2ª Secretária), Ana Lúcia Silva Gomes (1ª Tesoureira) e Leonardo Dourado de Azevedo Neto (2ª Tesoureira).

Diretor Responsável:
Marcelo Vallina

Jornalista Responsável:
Daisy Melo (SRTE-AM 219)

Reportagem:

Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)
Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)
Daisy Melo (SRTE-AM 219)

Designer:
Rafael Miranda

Projeto gráfico:
Angelo Lopes

Chargeista:
Junior Lima

Endereço:

Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus
Universitário da Ufam, CEP: 69080-005
Mauá - Amazonas

E-mail da secretaria:
aduasindicato@gmail.com

Impressão:
Graftech, 2000 exemplares.

Fale Conosco

(92) 3088-7009

www.adua.org.br

>>> EXPECTATIVA

Ação coletiva ajuizada pela ADUA sobre Retribuição por Titulação aguarda decisão

Anderson Vasconcelos

Prestes a completar um ano, desde que foi ajuizada no dia 09 de agosto de 2017, a ação coletiva peticionada pela ADUA na Justiça Federal já está concluída para julgamento, aguardando apenas a sentença ao pleito apresentado, em que a seção sindical requereu, por meio de tutela de urgência, o afastamento da exigência do diploma como único comprovante para recebimento da Retribuição por Titulação (RT), incentivo pecuniário devido aos professores com titulação comprovada.

A ADUA acionou a Justiça para garantir esse direito ao docente, após a expedição de um memorando circular por parte da Universidade, em que a Reitoria, por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp), passou a considerar que os efeitos financeiros e funcionais da referida retribuição têm início a partir da data da publicação do ato de concessão no boletim da instituição, em desacordo com a lei e gerando, portanto, prejuízos aos professores.

Os docentes requeriam e obtinham regularmente a RT. Para isso, bastava apresentar a ata conclusiva de defesa de dissertação ou tese, documento no qual está consignada a aprovação do docente, entendimento constante em circular despachada pelo Ministério da Educação em setembro de 2014.

Esse entendimento mudou quando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) expediu um ofício circular, em dezembro de 2016, em que comunicou aos dirigentes de gestão de pessoas da obrigatoriedade da apresentação do diploma de conclusão de curso como requisito para o pagamento da RT. Corroborando com essa orientação, a Ufam emitiu um memorando reforçando essa exigência.

A ação da ADUA destaca que a Lei nº 12.772/2012, que trata da estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério

Federal, não exige a apresentação do diploma para fins de pagamento da RT, sendo suficiente a comprovação da titulação por meio de documentos idôneos, a exemplo da declaração de conclusão de curso e do histórico escolar, antes aceitos pela universidade. A seção sindical ressalta que não cabe à instituição impor uma restrição onde a lei não o fez.

Além disso, é igualmente prejudicial o entendimento de que somente será devido o pagamento da RT após a publicação do ato de concessão no Boletim da Universidade.

A seção sindical também lembra que, em outras situações, a universidade aceita outros documentos equivalentes quando objetiva que os professores assumam obrigações perante a instituição, delegando atribuições decorrentes da qualificação adquirida.

Por isso, avalia a diretoria da ADUA, essa modificação de entendimento, além de prejudicial aos servidores é também desvantajosa à própria instituição, uma vez que impede o aumento no número de docentes com grau mais elevado de qualificação, um dos requisitos usados pelo MEC para avaliar os cursos e as universidades.

Para a assessoria jurídica da ADUA, a Ufam está violando vários princípios, entre eles o da legalidade, uma vez que não consta textualmente na lei a exigência do diploma para recebimento da RT. E a Administração, sabe-se, deve observar o que está no ordenamento. Além disso, as universidades, não custa lembrar, gozam de autonomia, conforme assegura a Constituição Federal, inclusive para recusar o cumprimento de instruções manifestamente ilegais.

Vitória parcial

Em uma ação individual sobre o assunto, a Justiça Federal condenou, mais uma vez, a Ufam a pagar, com juros e correção monetária, parcelas vencidas a um professor sindicalizado da ADUA em virtude de conclusão

de doutoramento, sem necessidade de apresentação de diploma. O docente acionou o Judiciário após ter seu pedido à RT negado pela Ufam.

Em sentença proferida no dia 28 de maio deste ano, a juíza da 1ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Estado do Amazonas deferiu parcialmente o pleito do docente e determinou à instituição a imediata implementação da Retribuição por Titulação (RT) devida.

O entendimento da magistrada é o mesmo defendido pela ADUA: vale o que está na lei, não em memorandos e ofícios. Por isso, a juíza, na análise do mérito da ação, também declarou a nulidade das orientações contidas nesses documentos expedidos pela Progesp.

Para a juíza federal Jaiza Maria Fraxe, a exigência de diploma é um “excesso de formalismo desnecessário”. “Reconheço, outrossim, que a exigência do Diploma relativo ao grau de Doutor, para fins de recebimento da remuneração equivalente e demais consectários, mesmo que embasada em ato normativo infralegal, apresenta-se, de fato, como um excesso de formalismo desnecessário, na medida em que o autor demonstra ter implementado a condição básica para o recebimento da Retribuição por Titulação e ser promovido na Carreira que integra, qual seja, a conclusão efetiva e respectiva aprovação no curso de Doutorado”, disse, na sentença.

Além disso, a magistrada lembra que o autor não pode ser penalizado pela demora excessiva da Administração na expedição do diploma. “Desta forma, não sendo a expedição do respectivo diploma responsabilidade do autor, este também nada podendo fazer para viabilizar em maior brevidade a respectiva expedição, não pode ser penalizado pela demora na confecção e entrega do mesmo, decorrentes dos trâmites burocráticos”, acrescentou.

63º Conad aponta unidade d

Annyelle Bezerra

Os participantes do 63º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Conad) atualizaram entre os dias 28 de junho e 1º de julho, em Fortaleza (CE), os princípios que deverão orientar a luta da categoria nos próximos meses. O caráter prioritário da reorganização da classe através da construção de um espaço de unidade de ação esteve entre os destaques feitos pelo presidente do Sindicato Nacional, Antônio Gonçalves, que tomou posse durante o encontro. Para o novo dirigente, é preciso dar continuidade a construção de um sindicato autônomo, de luta, classista, que se organiza pela base, com diálogo e democracia interna.

"Precisamos derrotar as contrarreformas do governo Temer. Para isso, é necessário fortalecer a CSP-Conlutas, nos esforçarmos para fazer dessa central um espaço cada vez mais democrático, que reúna amplos setores. No que se refere à categoria docente, temos como tarefa a ampliação da nossa base nas universidades, institutos, Cefets e colégios de aplicação, o fortalecimento das assembleias de base, para lutarmos por uma carreira estruturada, melhores condições de trabalho e de remuneração salarial tanto no setor das federais, quanto nos das estaduais e municipais", afirmou Gonçalves durante o evento, que neste ano teve como tema "Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica".

Representando a ADUA como observador no Conad, o professor do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS), José Alcimar de Oliveira, afirma que as discussões no encontro podem ser lidas a partir de duas linhas referenciais e não excludentes. A primeira de natureza classista geral, uma vez que nenhum direito específico pode ser conquistado e mantido senão como direito coletivo. "Nosso aguerrido ANDES-SN está sempre diante do desafio de assegurar e manter seu ideá-



rio classista, como entidade autônoma em relação a administrações, partidos e governos. E nesse 63º Conad, mais uma vez, o Sindicato Nacional teve que afirmar essa identidade diante de posturas regressivas que tentaram atrelar o sindicato aos limites paroquiais e personalistas próprios de um comitê partidário. Também se discutiu e se afirmou a unidade da classe trabalhadora como horizonte maior da luta da esquerda classista, partidária ou não, sem a qual nunca teremos a materialização universal de direitos coletivos", afirmou.

A segunda leitura das discussões, segundo o docente, pode ser feita a partir das demandas do campo da educação pública, o que significa intensificar e ampliar a luta de resistência ao desmonte das Universidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais. "Estamos diante de um quadro dos mais

regressivos da História da República e não haverá como barrar e conter essa sangria social, nesses tempos de desinibida e agressiva contrarreforma, sem que a categoria docente se fortaleça pela organização e formação de consciência política em unidade de ação com outras categorias e organizações do movimento sindical", avalia.

Opinião semelhante tem a 2ª vice-presidente da seção sindical, Milena Barroso, que também participou do Conad como observadora, ao ressaltar que os debates ao longo de todo o evento apontaram para a difícil conjuntura e suas implicações negativas para a educação pública. "No aspecto geral, este Conad reforça a necessária articulação de nossos sindicatos com outras lutas e movimentos sociais. Afinal, só é possível barrarmos os retrocessos em curso com uma ampla articulação da classe tra-

a categoria como prioridade



ANDES-SN

A Diretoria apresentou uma compatibilização e o movimento 'Renova ANDES' manteve a proposta originária. Após duas contagens de votos, a proposta foi excluída", disse. O trecho que tratava da proposta de atualização do posicionamento do Sindicato em relação ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff acabou sendo suprimido por 30 votos a 27.

Participando pela primeira vez de um Conselho do ANDES, a professora Hamida Assunção afirma que, além de destinado a analisar e atualizar a agenda de lutas do movimento sindical docente, o Conad é uma oportunidade de discussão e compreensão aprofundada do cenário social e político mundial, assim como seu impacto para a educação pública. "O Conad é um encontro marcado por reflexões acerca de assuntos que envolvem a carreira docente de forma direta e indireta, mas não se limitando a uma discussão corporativista, muito pelo contrário. É um encontro que visa a compreensão mais ampla possível do cenário nacional e internacional e o posicionamento da categoria docente diante disso", ressalta a docente que participou do encontro como observadora.

Temas específicos e gerais

Durante o 63º Conad, que teve a participação de 62 delegados e 210 observadores, foi deliberado, ainda, a realização de seminário interno do ANDES-SN com o tema 'Processo de Reorganização da Classe Trabalhadora', para avaliar o seminário realizado em 2017 e contribuir para a construção de um encontro nacional; a articulação no âmbito do Fonasefe e Fonacate da elaboração de um calendário de mobilização, paralisação e greves dos servidores públicos para combater de forma imediata a aprovação da reforma da previdência, revogação da Emenda Constitucional (EC) 95, assim como da reforma trabalhista e da terceirização irrestrita.

Além disso, decidiu-se, ainda, a continuidade da denúncia dos cortes de verbas

para o financiamento das instituições federais, estaduais e municipais de ensino e suas consequências; a construção, por parte das seções sindicais, secretarias regionais, fóruns e entidades que defendem a educação pública e gratuita, de seminários e encontros preparatórios para o III Encontro Nacional de Educação (ENE), até dezembro de 2018 e ; a realização em novembro de um Dia Nacional de Lutas nas instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior contra o racismo.

Muito além dos temas específicos da área de educação, os docentes discutiram e defenderam posições em temas gerais como a luta em defesa da educação pública e contra o uso de agrotóxicos, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, assuntos de aposentadoria e a luta em defesa da saúde pública e contra a Ebserh, em apoio aos migrantes venezuelanos, pela mobilidade urbana e o direito à cidade, a defesa de cotas raciais em concursos públicos e na composição do sindicato.

Também estiveram entre as decisões tomadas no evento o acompanhamento junto ao Superior Tribunal Federal (STF) da tramitação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADFP) número 42 que versa sobre a descriminalização do aborto até 12 semanas de gestação, assim como o ingresso como *amicus curiae* e a participação em audiências públicas e mobilizações relacionadas a pauta.

Ao final da 63ª edição do Congresso do ANDES-SN, Brasília (DF) foi escolhida pelos delegados como a próxima sede do Conad, que acontecerá em 2019 e será sediado pela Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (Adunb - Seção Sindical do ANDES-SN).

Após dias de intensos debates o 63º Conad foi encerrado com a leitura da Carta de Fortaleza, a qual destacou o fortalecimento do ANDES-SN enquanto entidade classista e de legítima representação dos docentes do ensino superior público brasileiro.

balhadora. Desafios para a nossa gestão da ADUA que já inicia com várias denúncias de negação de direitos trabalhistas de professores e de casos de assédio nos diversos campi da Ufam", destacou, considerando importante também a discussão durante o encontro de temas como as contrarreformas da previdência e trabalhista, a militarização das comunidades, o assédio sexual e a morte de jovens negros.

O ex-presidente da seção sindical e delegado da ADUA no 63º Conad, Aldair Oliveira de Andrade, chamou a atenção para o caráter complexo do Tema 2 - Avaliação e atualização dos planos de lutas: Educação, Direitos e Organização dos/as trabalhadores/as, tanto nos grupos mistos quanto na plenária, quando o Texto de Resolução II (TRII) entrou em pauta. "Esta TR contou com um sério embate nos grupos mistos.

MARCELO MARIO VALLINA

O presidente eleito da ADUA para o biênio 2018-2020, professor do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS) e mestre em Serviço Social concedeu entrevista ao JORNAL da ADUA e tratou sobre temas como a atual conjuntura e o seu impacto nas atividades do sindicato, os planos da nova diretoria para a entidade, os principais desafios da categoria e o posicionamento da ADUA em relação a Administração Superior.



"Seremos intransigentes no combate às opressões, venham de onde vier"

Vivenciamos hoje um cenário turbulento com profundas movimentações sociais, políticas e econômicas. Como o senhor avalia essa conjuntura e de que forma isso impacta o sindicato?

O cenário se apresenta turbulento por, pelo menos, dois motivos. Por um lado, temos a implementação de um projeto de país que visa favorecer o interesse do capital financeiro e que não está interessado em conceder migalhas aos setores que contribuíram com sua instauração e aqui não estamos falando só do governo ilegítimo que se instaura a partir do golpe parlamentar de 2016, mas do projeto que destina quase metade do orçamento federal para o pagamento de juros e amortização de uma dívida que é, pelo menos, duvidosa. Este projeto, a partir de 2016, se aprofunda com o ataque brutal aos direitos dos/as trabalhadores/as, com a aprovação de leis, como da terceirização irrestrita, a da contrarreforma trabalhista e da contrarreforma da previdência, que ganhe quem ganhar nas próximas eleições deveremos enfrentar, além, é claro, da Emenda Constitucional 95 que decreta o fim da seguridade social desenhada pela Constituição. Este projeto impacta de forma frontal as atividades do sindicato e marcará as lutas dos próximos anos. Por outro lado, a implementação desses retrocessos se dá num contexto político e cultural de recrudescimento do conservadorismo no país, cujo momento simbólico se estabelece quando a Câmara

de Deputados coloca como presidente da comissão de Direitos Humanos um representante do movimento xenófobo e autoritário. Alguns setores entendem que este processo significa que a classe trabalhadora está inerte, coisa que não é verdade, o que se manifesta no crescente número de greves, mobilizações das mulheres na luta por seus direitos, etc., mas dizer que não existe recrudescimento do conservadorismo no país também é um equívoco. Este fenômeno que forma parte do movimento neoconservador dos anos de 1980 surge como resposta aos movimentos críticos do capitalismo dos anos 1960 e, de forma sintética, estabelece uma relação entre neoliberalismo econômico, empreendedorismos da vida e ataques virulentos aos valores libertários daquele período. Assim, temos candidatos a presidente que defendem o modelo econômico atual e valores religiosos típicos da Idade Média. Em termos políticos e legislativos, isto se traduz no Escola sem Partido, no ataque à discussão das questões de gênero no âmbito escolar, na "cura gay", na campanha contra o aborto seguro etc., tudo em um ambiente de criminalização dos movimentos sociais, amparado pela lei antiterrorismo. Este processo está mais do que enraizado na universidade e se manifesta nos eventos que temos vivenciados nos últimos anos, como o caso da judicialização da greve ou nas atitudes machistas e assediadoras de professores/as com os alunos/as ou de chefes com seus/suas subordinados/as. Aqui se desenha o segundo eixo que impacta as

ações do sindicato, ou seja, o combate a toda forma de discriminação e opressão.

Entre esses impactos estão os ataques à autonomia da universidade pública e ao trabalho docente, inclusive na Ufam, com as reitorias acatando a agenda regressiva do governo e cumprindo a cartilha do MEC. Considerando este cenário, como avançar na luta pela garantia de direitos?

Faz tempo que existe um esforço virulento de setores da sociedade para acabar com os direitos estabelecidos na Constituição, dentre eles a autonomia universitária. Por que é tão importante acabar com a autonomia? E como isto tem sido feito? A ideia de autonomia está vinculada a um projeto de universidade que visa, dentre outras coisas, a livre circulação de ideias, o debate das grandes questões nacionais e, fundamentalmente, um país melhor para a maioria pobre e miserável. Isto bate de frente com quem quer uma universidade voltada para o interesse do mercado. Por exemplo, como vou fazer um estudo crítico sobre o Polo Industrial de Manaus se é o que financia os prédios e os laboratórios destinados a fazer investigações e que aumenta a mais-valia relativa e absoluta? Para que quero um engenheiro, médico, arquiteto, biólogo, assistente social, etc. que seja formado para ser um cidadão, se o mercado de trabalho só precisa de habilidades e competências? O avanço dessa instrumentalização da universidade em favor dos in-

teresses do mercado, da mercantilização do ensino, pode ser vista, por exemplo, na Lei 13.243/16 do chamado Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação que impacta as Instituições de Ensino Superior (IES), facilita a construção de uma "universidade empreendedora" e cria a figura do/a "professor/a empreendedor/a" ao flexibilizar a dedicação exclusiva. O ataque à autonomia se viu favorecido pela existência de recursos financeiros através de programas como o Reuni. Poucos pareceram se importaram com a autonomia universitária ou, no máximo, reduziram o conceito ao de autonomia financeira (autonomia para passar de custeio para capital e capital para custeio). Sem dúvida, isto se viu favorecido por um modelo gerencialista da universidade que evita o debate público e o governo democrático. O/A professor/a empreendedor/a não tem tempo para debater porque senão será punido/a na sua carreira dado os critérios produtivistas que a embasam, isto contribui com o retraimento da esfera pública universitária. O importante para o administrador de turno é dar respostas aos órgãos de controle e não discutir os problemas coletivos. Em síntese, a autonomia universitária tem sido combatida por forças externas à universidade, muitas vezes, articuladas através do MEC, mas também pelos interesses que se foram configurando no interior da universidade. Outro dia, assisti a uma palestra de um índio Krenak e ele dizia mais ou menos assim: "cada vez que venho à universidade fico apavorado, só vejo cartazes que falam sobre empreendedorismo e me pergunto: será que o homem branco não empreendeu o suficiente? Será que não conseguem ver as consequências do empreendedorismo deles?".

Além do enfrentamento contra o sucateamento das universidades e a desestruturação da carreira docente, quais são os principais desafios da diretoria da ADUA?

Os desafios são gigantescos, mas nós fomos eleitos com alguns eixos claramente definidos. Além dos já mencionados, que fazem parte da agenda permanente do sindicato, faremos, junto com todos/as

os/as sindicalizados/as, a defesa intransigente do caráter autônomo, democrático, laico e gratuito da universidade, num momento em que esse modelo se encontra sob intenso ataque, inclusive no seu caráter gratuito, como já destacou o Banco Mundial no seu último panfleto. Também combateremos de forma intransigente o atual projeto de universidade que se articula com opressões de diversos tipos como machismo, sexismo, lgbtfobia, etc. Neste aspecto, o sindicato nacional e nossa seção sindical vem avançando nos últimos anos na implementação de diferentes resoluções que, embora devam ser aprofundadas, já começam a produzir efeitos como, por exemplo, a criação de comissões nacionais contra o assédio sexual e moral no sindicato nacional e de comissões específicas nos Congressos e Conads. Na ADUA e na Regional Norte 1 do ANDES, já nos antecipamos a um debate que se desenvolveu no último Conad sobre a composição paritária entre homens e mulheres nas direções do sindicato. Ainda falta um longo caminho para uma universidade sem opressões, mas nós estaremos empenhados/as.

A unidade da classe trabalhadora para barrar esses retrocessos tem sido enfatizada pelo ANDES-SN, CSP-Conlutas e muitas outras entidades. De que forma, a nova diretoria pretende estimular os docentes, inclusive os recém-chegados à universidade, a se engajarem na defesa dos direitos sociais e trabalhistas?

Vamos dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelas diretorias anteriores no sentido do fortalecimento da articulação da CSP-Conlutas estadual com as outras centrais sindicais para enfrentar o atual modelo. Não significa uma unidade programática, dado que temos concepções diferentes sobre sindicato. Por exemplo, nós defendemos a autonomia da central sindical em relação aos partidos políticos, coisa que outras centrais não consideram importante, assim como somos contrários ao imposto sindical. A ADUA nunca, ao longo de sua história, recebeu o imposto sindical. Dito isto, é

preciso entender que as transformações sofridas no trabalho nos últimos 30 anos implicaram uma crise de representatividade que afeta a organização sindical. Isto não é diferente no nosso sindicato, no entanto, é também bastante complexo porque, por exemplo, a contrarreforma da previdência já foi implementada na nossa categoria. Todo/a professor/a que ingressou entre 2004 e 2013 já perdeu a integralidade e paridade e aqueles/as que entraram a partir de 2013 terão o mesmo teto do regime geral da previdência social. Isto, no nosso entendimento, deveria ter sido um elemento de mobilização dos/as docentes. No entanto, na greve de 2015 se visualizou uma universidade dividida: um segmento considerou que esta contrarreforma não foi um problema e que não valia a pena lutar contra ela, e um segmento expressivo que se engajou nas lutas. Portanto, o nosso trabalho passa por incentivar o debate e o diálogo a partir dos problemas que nos afetam no dia a dia. Isso está relacionado também com o combate à ideia, muito disseminada nos últimos anos, de que o atual modelo de universidade, com uma 'gestão gerencial e técnica', está intrinsecamente articulado com os nossos problemas cotidianos. Ao contrário, é preciso combater esse projeto que afeta nossos direitos e de toda a classe trabalhadora. Resumindo, no que diz respeito ao ANDES-SN, não cabem dúvidas de que continuaremos a defender um sindicato autônomo, democrático e classista, que se articula com os movimentos sociais e sindicais que estejam dispostos à unidade na luta. Com relação à Administração da Ufam, sempre será, pelo menos de nosso lado, uma relação de respeito e diálogo o que não significa concordância, nem submissão. Nas primeiras semanas já mantivemos duas reuniões com o reitor sobre o que, segundo nosso entendimento e do poder judiciário, são equívocos da Progesp no que diz respeito à contabilização do interstício para promoção e progressão docente. Em relação aos sindicalizados, cumpriremos a vontade da maioria expressa nas nossas assembleias, mas sere-mos intransigentes no combate às opressões, venham de onde vier.

>>> **CULTURA DO ESTUPRO**

Um debate necessário: assédio sexual e moral nas universidades

O Brasil, como outros países da América Latina, foi forjado no estupro e na submissão das mulheres. A escravidão negra e indígena por muito tempo justificou a violência, que permaneceu ainda no pós-abolição e na contemporaneidade, naturalizando assim todos os tipos de violências, constituindo a chamada cultura do estupro.

O debate raça-gênero-classe é fundamental para compreendermos as formas de violência e como vamos enfrentá-las. A violência contra as mulheres e o machismo devem ser analisados de forma interseccional, já que as mulheres negras sofrem por serem mulheres e por serem negras. E são as mulheres pobres, negras e também as lésbicas as principais vítimas de assédio sexual e moral no mundo do trabalho e nas universidades.

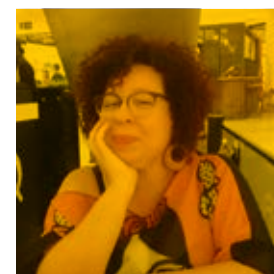
Em 2015, foi feita uma pesquisa sobre violência contra as mulheres no ambiente universitário, pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular. O resultado deste estudo foi chocante: 25% das estudantes universitárias já foram xingadas ou agredidas por terem rejeitado uma investida nas dependências da universidade ou em festas acadêmicas, competições e trotes. Mas, o que mudou na última década em relação aos casos de assédio sexual e moral? A não tolerância desses tipos de violências.

Em 2015, a primavera das mulheres contra a PL 5.069/15, que criminalizava as mulheres que tomavam contraceptivos e institucionalizava o controle dos corpos femininos, colocou na pauta dos movimentos feministas a necessidade de enfrentarmos a cultura do estupro e a necessidade do empoderamento dos nossos corpos, da defesa da descriminalização e da legalização do aborto e a defesa da vida das mulheres, a luta contra o assédio sexual e moral e a defesa da vida das mulheres, nosso corpo – nossas regras.



PIXABAY

* Perfil

**Por Caroline Lima**

Diretora do ANDES-SN, doutoranda em Ciências Sociais pela UFBA e professora assistente da UNEB.



25% das estudantes universitárias já foram xingadas ou agredidas por terem rejeitado uma investida nas dependências da universidade ou em festas acadêmicas, competições e trotes".

que seus corpos lhes pertenciam e de que não eram responsáveis e não deveriam se culpar por qualquer abuso sofrido. Isto iniciou um processo de intolerância ao assédio sexual e moral nos espaços acadêmicos.

Desde então, as denúncias de assédio sexual, estupro e assédio moral não foram mais jogadas para debaixo do tapete, nem invisibilizadas. O próprio ANDES-SN precisou se reinventar e colocar na prática a luta contra o assédio sexual no

sindicato, e pautar dentro do setor das IFES e IEES/IMES o combate ao assédio sexual e moral, e também, de combate ao racismo. A campanha de combate ao assédio protagonizado pelo Sindicato Nacional contribuiu na exposição dos casos de violência contra estudantes e professoras nas universidades, Cefets e colégios de aplicação.

A organização dos movimentos de mulheres e feministas dentro das Ifes, a constituição de redes de proteção e a articulação entre estudantes e professoras com os movimentos sociais, foram e são fundamentais para enfrentarmos esse problema que é real, adoece e mata cotidianamente mulheres em todo país. Precisamos cobrar das administrações universitárias e reitorias a transparência nos processos de apuração dos casos de assédio, o afastamento dos denunciados e o acolhimento das vítimas. As instituições são responsáveis pela apuração, mas também pela vida das vítimas. Intensificar campanhas de combate ao assédio e de espaços de formação são tarefas colocadas para as entidades de classe e movimentos sociais, e precisamos avançar nesse sentido.

>>> LIBERDADE PARA DECIDIR

Pela vida das mulheres: legalizar o aborto no Brasil!

O direito fundamental de nós mulheres decidirmos sobre o nosso próprio corpo representa um afrontamento à sociedade patriarcal, racista e capitalista, que opera de forma orgânica e efetiva para aprofundar e dar continuidade ao processo histórico de dominação, opressão e exploração das mulheres. Esse sistema de dominação, porém, não ocorre sem resistência. Movimentos feministas, movimentos de mulheres e organizações aliadas transformam a violação dos direitos das mulheres em bandeiras de luta. A autonomia sobre seu próprio corpo e o direito ao aborto legal e seguro representam algumas dessas bandeiras.

Em março de 2017, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Anis Instituto Bioética deram entrada no Supremo Tribunal Federal (STF) à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, questionando a inconstitucionalidade dos art. 124 e 126 do Código Penal Brasileiro que criminaliza a interrupção voluntária da gravidez. A audiência pública para julgar a ação acontecerá em agosto. Caso seja julgada procedente, o aborto deixa de ser crime e as mulheres poderão interromper voluntariamente a gravidez até a 12ª semana. Atualmente no Brasil, a interrupção da gravidez é permitida apenas quando a mulher é vítima de estupro, quando ela corre risco de morte e em caso de gravidez de feto anencéfalo.

A Frente Nacional Pelo Fim da Criminalização de Mulheres e Pela Legalização do Aborto é um dos principais sujeitos políticos desta luta no Brasil, que reúne uma lista de pessoas e de organizações de mulheres e mistas comprometidas com os direitos das mulheres, inclusive o PSOL e o Anis. Para os movimentos feministas como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), é imprescindível ampliar o debate com as mulheres, como estratégia



TINA DIAZ/REPRODUÇÃO

de construir força política que influencie a sociedade a respeitar e apoiar o direito das mulheres decidirem sobre seu próprio corpo, como garantir que além da descriminalização, o aborto seja legalizado.

Não basta descriminalizar o aborto. Descriminalizar significa que em caso de interrupção voluntária da gravidez, a mulher não poderá ser presa. Legalizar o aborto significa que o Estado precisa criar uma política e garantir atendimento de saúde digno às mulheres em situação de abortamento, devendo ainda assegurar educação sexual para que as mulheres possam decidir e ter acesso a métodos contraceptivos.

Para as mulheres ricas, brancas e de classe média, abortar é algo relativamente simples e tranquilo. Suas condições financeiras permitem acesso a alguns serviços de saúde privados. Para as mulheres empobrecidas e negras, esta experiência é permeada de medo, dor, sofrimento e injustiça. Sem condições de pagar um atendimento digno,

acabam recorrendo a procedimentos que colocam suas vidas em risco e quando há um agravamento da situação, recorre ao Sistema de Saúde Público (SUS), quando muitas vezes é julgada e maltratada como punição pelo seu ato.

Recentemente os movimentos feministas latino-americanos vibraram com a aprovação da legalização do aborto na Câmara Federal da Argentina, que ainda aguarda a aprovação do Senado. Mesmo assim, essa experiência representa um avanço, nos inspira e nos instiga a permanecermos em luta, construindo estratégias de diálogo e pressão aos governos, aprofundando o debate na sociedade e construindo alianças difíceis de se consolidarem fora dos movimentos feministas. Estaremos participando e de olho na audiência pública do STF, buscando avançar na descriminalização e acumular força política para seguir lutando pela legalização do aborto.

* Perfil

**Por Francisca Maria Rodrigues Sena**

Feminista negra, integrante do Instituto Negra do Ceará (Inegra) e do Fórum Cearense de Mulheres (FCM).

Leia o artigo na íntegra na seção "Artigos" site da ADUA (www.adua.org.br).

>>> **DESEMPREGO**

Um ano de reforma trabalhista: uma promessa não cumprida

No último dia 11 de julho completou-se um ano da aprovação da reforma trabalhista no Congresso Nacional. Diversas foram as promessas feitas ao povo brasileiro para convencê-lo não somente sobre a necessidade da reforma trabalhista, quanto para bradar promessas de melhorias futuras. O Ministro da Fazenda na época, Henrique Meirelles, chegou a dizer que a reforma trabalhista iria gerar seis milhões de empregos.

“Nós avisamos”. Mais que bons argumentos, nesse texto pretendo provar “estatisticamente” – já que é nessa linguagem apenas que falam os “técnicos” – que a reforma trabalhista – passado um ano da sua aprovação – não somente não cumpriu as promessas de um futuro melhor, quanto agravou os problemas já existentes no mercado de trabalho brasileiro.

Do ponto de vista da criação de novos empregos a situação é alarmante. Em primeiro lugar porque não existe correlação estatística alguma entre modificações na legislação trabalhista e a geração de empregos. O que faz um empregador contratar alguém não é a redução do custo da força de trabalho, e sim a expectativa de que haverá demanda nessa economia pela compra dos seus produtos. Ou seja, a determinação da geração de emprego

está na atividade econômica, que permanece patinando.

O desemprego passou de 12% para 13% um ano após a aprovação da reforma trabalhista. Esses dados, no entanto, podem estar ainda subestimados, porque com a aprovação do contrato de Trabalho Intermitente (aquele que o trabalhador recebe apenas pelas horas efetivamente trabalhadas) quem trabalhou por, no mínimo, duas horas na semana de referência da pesquisa do IBGE é considerado “empregado”.

Do ponto de vista da Justiça do Trabalho também não temos nada a comemorar. Com a reforma, a Justiça do Trabalho deixou de ser gratuita, restringido as possibilidades do trabalhador reclamar seus direitos. Nesse período as ações na Justiça do Trabalho caíram 46%.

Não somente os trabalhadores mais pobres, mas a classe média também tem sentido os efeitos da desestruturação trabalhista. O Banco do Brasil abriu uma agência em São Paulo contando apenas com trabalhadores terceirizados. Segundo Barbara Vallejos, pesquisadora da Unicamp, a categoria bancária – quando terceirizada – auferia rendimentos em torno de 75% do que pago a um bancário diretamente contratado.

As únicas ocupações que crescem o saldo líquido de emprego são o Trabalho

* Perfil

**Por Juliane Furno**

É graduada em Ciências Sociais pela UFRGS, doutoranda em Desenvolvimento Econômico na Unicamp e militante do Levante Popular da Juventude.



Não somente os trabalhadores mais pobres, mas a classe média também tem sentido os efeitos da desestruturação trabalhista.”

Doméstico e o Trabalho por conta própria. Após um ano de reforma trabalhista o número de trabalhadores por conta própria cresceu 23% e contam com um rendimento médio 33% menor do que os ocupados nessa categoria anteriormente a aprovação da reforma.

Desemprego, queda do rendimento médio, obstrução do acesso à justiça do trabalho, avanço da terceirização e o trabalho doméstico e por conta própria como única possibilidade de geração e renda. Essa é a verdadeira e cruel face da reforma trabalhista. As promessas, ficaram ao vento.

Publicado originalmente no dia 17 de julho, no portal Brasil de Fato

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/05/2018 A 30/06/2018**QUADRO RESUMO MENSAL**

	mai/18	jun/18
Receitas	R\$ 87.245,80	R\$ 88.390,60
Despesas	R\$ 157.980,13	R\$ 88.320,05
SALDO ANTERIOR	R\$ 11,91	R\$ 744,50
Saldo Banco do Brasil S/A	R\$	R\$
Saldo Fundo de caixa	R\$ 744,50	R\$ 744,50
RESUMO DE APLICAÇÕES	R\$ 303.688,43	R\$ 304.319,16
Saldo Anterior da Conta Aplicação	R\$ 375.245,86	R\$ 303.688,43
Aplicações no Mês		R\$ 1.061,73
Rendimento de Aplicações	R\$ 173,40	R\$
Resgate de Aplicações	R\$ 71.384,03	R\$ 431,00

* Confira a prestação de contas, na íntegra, no site da ADUA.

>>> **VISIBILIDADE LGBTQ+**

RAFAEL MIRANDA

Daisy Melo

“Sou uma trans que escreve (...), fiz da escrita minha bandeira de luta porque é só através de minha literatura que atuo politicamente, sendo livre”. Assim como a escritora amazonense transgênera Marcia Antonelli muitos outros artistas LGBTQ+ encontraram na arte uma forma de resistir, de existir. No Estado, eles inovam e criam em diversas áreas como transmídias, escrita, imagem, memória, performance, audiovisual e sonoridade.

É o caso da drag queen amazônica Uýra Sodoma, que se manifesta através do biólogo Emerson Munduruku, e da artista de rua, integrante de grupos de maracatu e travesti, Maria Moraes, personagens em edições anteriores do Jornal da ADUA, além de outros, como Marcia Antonelli e a cantora e compositora transsexual Melany Marinho, que têm enfrentado o preconceito e ocupado espaços.

“Defendo essa bandeira através da música, mostrando para a sociedade que podemos fazer a diferença merecendo

o espaço com base no respeito”, destaca Melany, que possui 11 anos de carreira e afirma ser a primeira mulher transexual a abrir este espaço em Manaus a custo de muito preconceito. “Passei por inúmeros sofrimentos para me manter nesse mercado, muitos estabelecimentos fecharam as portas por eu ser transexual”, conta.

Para Antonelli, que enxerga na escrita e na cultura LGBTQ+ uma forma de resistência, a situação não foi diferente. “Ver um travesti vendendo seus próprios livros em praças, bares ou em outros lugares é de causar, no primeiro momento, um estranhamento. Isto porque na visão obscura dessa sociedade, o travesti sempre foi sinônimo de prostituição, sempre habitou nas sombras, nas esquinas, se prostituindo, nunca teve voz”, afirma a artista que escreve desde os 16 anos e já publicou cinco livros, sendo os dois últimos Textículos de Gatos (2018) e Marcas de Mordidas na Pele (2014).

Não há como falar de cultura gay e não falar de resistência, de luta. “Ainda que a

cultura LGBT ganhe espaço em vários setores da sociedade nota-se uma necessidade de legitimar essas manifestações em espaços ocupados tradicionalmente por um modelo hegemônico, hierárquico e patriarcal”, afirma o artista, gay, professor da Faculdade de Artes (Faartes) da Ufam e pós-graduando em Sexualidade, Gênero e Direitos Humanos, Paulo Trindade.

O docente levanta a necessidade de estabelecer a valorização da cultura LGBTQ+ e do combate à violência devido aos atritos gerados pela ausência de respeito e garantia de direitos. “A cultura LGBT é um exercício contínuo para a reconfiguração social, política e cultural. [É preciso] estabelecer rupturas capazes de promover diversidade e cidadania, perceber a capacidade da cultura LGBT diante deste desafio é estabelecer espaços fundamentais para discutir assuntos contemporâneos que possam ressignificar conceitos, gerar afetividades, esclarecer dúvidas, construir conhecimento e interpretação de outras realidades possíveis”.



COLUNA FALA JURÍDICO

Em abril deste ano, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional o texto do projeto de lei que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências” (PLDO 2019). Causaram grande comoção as modificações no texto efetuadas pelo relator do projeto, senador Dalirio Beber (PSDB/SC), no que tange às despesas com pessoal, sob a justificativa de que “o Estado brasileiro não está em condições de conceder neste próximo exercício qualquer espécie de reajuste, ainda que seja justo e meritório, nem de contratar agentes públicos de forma ampla. A situação fiscal da União já não garante pagar suas despesas atuais, pois vem convivendo com déficits primários já há mais de quatro anos, sem perspectiva de reversão”, conforme aduz o seu relatório.

O parlamentar vedou na proposta toda e qualquer possibilidade de concessão de reajuste a servidores públicos em 2019, ainda que escalonados em exercícios posteriores. Além disso, o relator excluiu a possibilidade de se criar cargos, empregos e funções neste mesmo ano.

No que tange à contratação de pessoal, o senador propôs um enxugamento na proposição original, mantendo apenas quatro restritas hipóteses. A primeira delas trata da reposição de servidores nas áreas de educação, saúde, segurança pública e defesa, porém apenas para os cargos cujas vacâncias se deram. A segunda refere-se às contratações necessárias para as instituições federais de ensino criadas nos últimos cinco anos.

A terceira hipótese diz respeito aos concursos já em andamento que tenham prazo improrrogável de nomeação vencendo em 2019, situação já reconhecida pelo Poder Judiciário como direito subjetivo dos candidatos, porém, limitando-se as nomeações às vagas constantes do edital. E o último caso ressalva a possibilidade de admissões relativas ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, em virtude da natureza constitucional da matéria.

Ademais, o relator propôs a vedação ao reajuste no exercício de 2019 dos benefícios pagos aos servidores públicos, tais como o auxílio-alimentação, auxílio-moradia e assistência pré-escolar, os

quais deverão permanecer nos mesmos valores aplicados em 2018.

Além de tudo isso, o senador retirou do texto até mesmo a possibilidade de revisão geral anual de remunerações, que foi assegurada expressamente pelo artigo 37, inciso X da Constituição Federal de 1988.

Em face de todas essas medidas, diversas entidades representativas de servidores públicos federais promoveram manifestações e empreenderam esforços junto aos parlamentares com o objetivo de conter a aprovação desta proposta, que congela os salários e benefícios dos servidores, além de restringir a contratação de pessoal.

Não obstante, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou no dia 11 de julho deste ano o texto-base do PLDO de 2019, com as modificações efetuadas pelo relator. Entretanto, após grande pressão, na mesma data, o projeto foi aprovado em sessão conjunta do Congresso Nacional, decidindo-se pela retirada do artigo 92-A, o qual proibia a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras na administração pública.

A exclusão do referido artigo, no entanto, não assegura que haverá reajuste ou concursos públicos, pois isso dependerá de autorização no orçamento, que poderá ou não ser colocada em prática pelo próximo governo. Porém, se o dispositivo fosse mantido, impediria qualquer possibilidade de avanço nesse sentido, configurando-se a retirada uma vitória atribuída às entidades e servidores.

Importante ressaltar que outros pontos foram mantidos no PLDO 2019, como a proibição de reajustes nos benefícios de auxílio-moradia, auxílio-alimentação e assistência pré-escolar. Além disso, a restrição ao provimento de cargos, via concurso público se manteve, incluindo-se mais uma exceção, qual seja as admissões para a Agência Nacional de Águas.

O projeto da LDO 2019 ainda seguirá para sanção presidencial. Portanto, a luta continua.

Fernanda Kelen

Advogada (OAB/AM 11.739) do escritório Gornes e Bicharra Advogados Associados, Assessoria Jurídica da ADUA.



COMENTÁRIO DO LEITOR

**Leny Souza**

*ADUA velha de guerra!
Minha total solidariedade aos
professores da UEA e UFAM.
Fora Temer! Foi golpe sim!*

**Mateus Oliveira**

*Endosso, integralmente, a
nota de repúdio. Toda soli-
diedade aos colegas.*

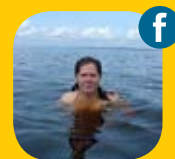
**Sérgio Henrique**

*Tudo fruto de estudos e
muita pesquisa científica,
certamente.*

*Os três comentários são referentes
à Nota de Repúdio da ADUA ao
procedimento do Ministério Público
do Estado do Amazonas para apurar
supostas irregularidades do curso
“Arquiteturas do Golpe”, oferecido
pela UEA com participação de
professores da Ufam.*

**Eduardo Saraiva**

*A reitoria deixa muito a
desejar, uma Pro-Reitoria de
Gestão de Pessoas ir contra o
servidor é um absurdo.*

**Maria Izabel Heckmann**

*Parabéns à ADUA pela
defesa dos direitos de seus
sindicalizados.*

*Os dois comentários referem-se
à vitória na Justiça Federal contra
Administração Superior, que exigia
a apresentação de diploma para
recebimento da Retribuição por
Titulação.*

Gomes e Bicharra Advogados Associados

Tel.: (92)3611-4969 / 3611-3911 / (92) 99112-3184 / www.gomesebicharra.adv.br email: auxiliadora@gomesebicharra.adv.br